



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. INTRODUÇÃO:**

1.1 A proposição para contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência consiste na **contratação de serviço de fornecimento e transporte de água potável, por carro pipa**, para consumo humano, a fim de atender, prioritariamente, aos beneficiários das Vilas Produtivas Rurais – **VPR's: Malícia**, localizada no Estado do Ceará e **Pilões, Queimada Grande, Uri, Negreiros, e Captação** localizadas no Estado do Pernambuco, em atendimento as exigências estabelecidas no âmbito do Projeto Ambiental Básico – PBA 08 – relativo ao Programa de Reassentamento das Populações Rurais residentes às margens do Eixo dos canais do Projeto São Francisco, em conformidade com as condicionantes ambientais estabelecidas na Licença de Instalação nº 925/2013, emitida pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para fins de implantação do **Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF**.

1.2 A obra do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), compreende a execução de 14 lotes – Eixos Norte e Leste, com cerca de 700 Km de canais, sendo 200 km no eixo Leste e 500 km no eixo Norte.

1.3 O **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC** a cargo do **Ministério da Integração Nacional (MI)**, especificamente o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), tem como finalidade de assegurar a oferta de água para 390 municípios localizados no semiárido dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

1.4 A obra beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes, garantindo o abastecimento de água desde grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru) até centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido e de áreas do interior do Nordeste, priorizando a política de desenvolvimento regional sustentável, além de gerar emprego e promover a inclusão social.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

1.5 A implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF exigiu um amplo programa de reordenamento fundiário na região, em atendimento às condicionantes definidas na LI de nº 925/2013, o qual implicou na desapropriação de uma área total de 35 mil hectares, nas faixas de domínio dos canais, numa extensão inicial aproximada de 550 km.

1.6 Para o adequado cumprimento das condicionantes exigidas pelo IBAMA, órgão licenciador do empreendimento do Projeto São Francisco, estão sendo executados simultaneamente, o Programa de Reassentamento de Populações (PBA-8) e o Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (PBA-7). As atividades deste último programa são referentes à desapropriação de áreas complementares e são executadas de acordo com os dispositivos legais previstos no Decreto-Lei de nº 3.365/1941.

1.7 As atividades do Programa de Reassentamento das Populações (PBA-8), que tem como objetivo a transferência e o reassentamento das famílias residentes na área desapropriada para implantação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Sertão Setentrional, são executadas de acordo com o Plano de Reassentamento, elaborado com base nas propostas, conclusões e sugestões apresentadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo Decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003.

1.8 O processo de implantação deste Programa conclui-se com construção das casas, delimitação dos lotes produtivos e a transferência efetiva das famílias para as Vilas Produtivas Rurais, bem como o suporte socioeconômico necessário para garantir as condições iniciais para a sua reprodução social e econômica em situação no mínimo similar à atual, de acordo com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA no âmbito da Licença de Instalação do empreendimento PISF.

1.9 Nesta perspectiva, o PISF identificou como necessário e planejou a construção de 17 (dezesete) Vilas Produtivas Rurais, conforme concepção inicial do projeto, para atender às 769 famílias residentes na faixa de obras, que optaram pela modalidade de reassentamento rural coletivo e satisfaziam os critérios estipulados como beneficiárias do referido programa.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

1.10 Neste contexto, o Ministério da Integração Nacional celebrou com o Ministério da Defesa, Comissão Regional de Obras da 7ª Região Militar do Exército Brasileiro (CRO/7), o Plano de Trabalho nº 07.040.08.17.01.01 para a construção das Vilas Produtivas Rurais – VPRs do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.

1.11 Entretanto, as redes de abastecimentos definitivos ainda estão em fase de execução e testes nas VPRs Captação, Negreiros, Uri, Queimada Grande, Pilões e Malícia, e serão executadas pela empresa CPL Construtora Ltda mediante Contrato Administrativo nº 05/2017 com o Ministério da Integração Nacional. Dessa forma, faz-se necessário abastecimentos por carro pipa até que as obras estejam concluídas e o sistema de abastecimento esteja funcionando em perfeitas condições para as famílias residentes nas VPRs.

1.12 No mapa da figura I, as principais localidades próximas as VPRs: Cabrobó, Terra Nova, Salgueiro e Verdejante no estado de Pernambuco e, Penaforte, Brejo Santo e Mauriti no estado do Ceará.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS

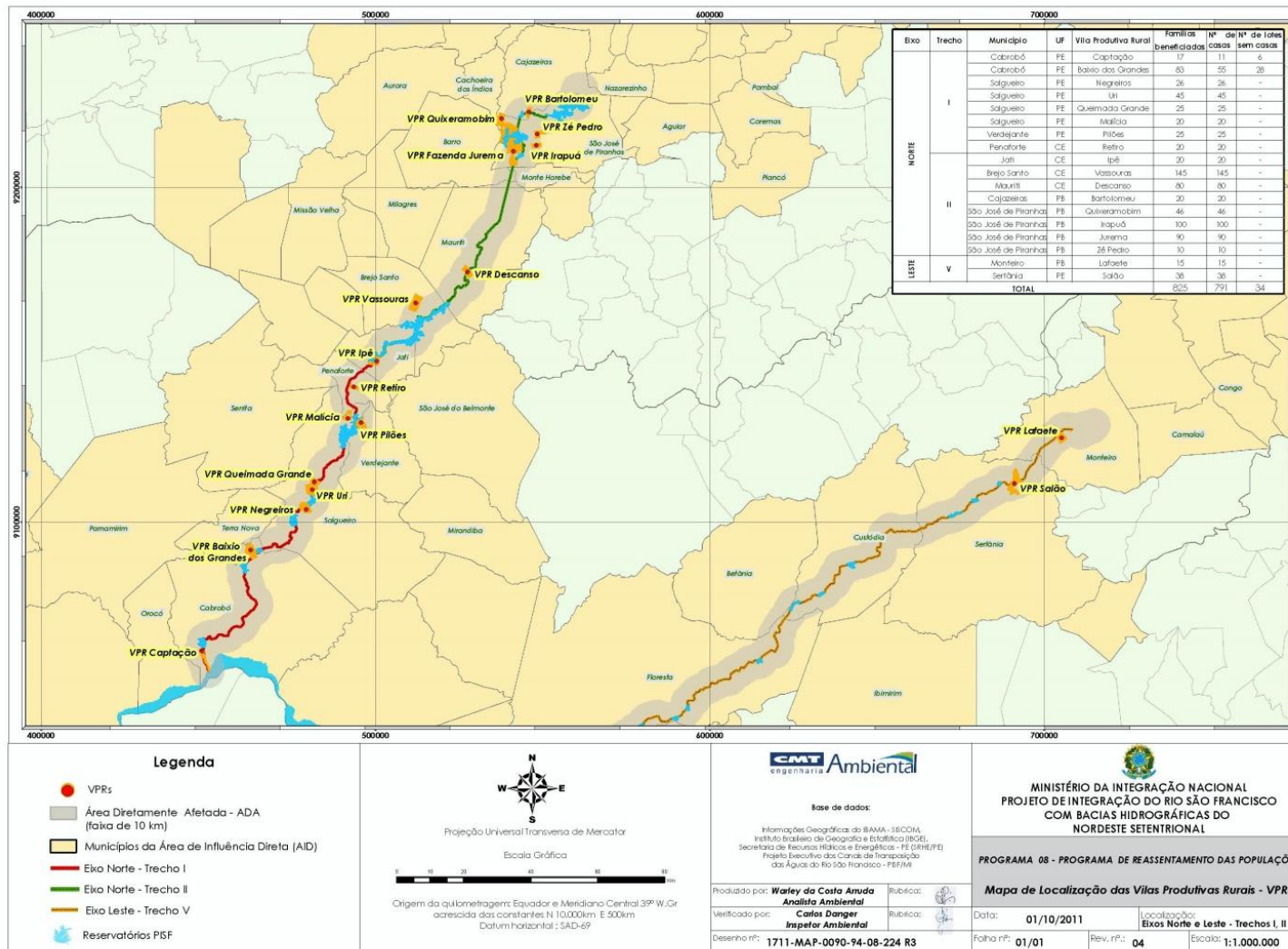


Figura I – Mapa de localização das VPRs



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

**2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.1 A imprescindibilidade da água potável para o consumo humano constitui-se um princípio à universalidade, que está vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Neste contexto, a água potável é um bem essencial à população, constituindo-se serviço público indispensável subordinado ao princípio da continuidade de sua prestação, pelo que se torna impossível a sua interrupção.

2.2 O direito do cidadão de utilizar-se dos serviços públicos essenciais para a sua vida em sociedade deve ser interpretado com vistas a beneficiar a quem deles se utiliza.

2.3 Desta forma, a contratação pretendida, justifica-se para fins de fornecimento de água através de carros pipas para abastecimento de consumo humano das famílias beneficiárias das Vilas Produtivas Rurais – VPR's de Malícia localizada no Estado do Ceará e Pilões, Queimada Grande, Uri, Negreiros e Captação localizadas no Estado do Pernambuco, tendo em vista a transferência de mais de 380 famílias para residirem nestas Vilas, até que se concluem as obras da rede de abastecimento de água e a ligação das concessionárias de serviços públicos local. Tal conclusão está prevista para ocorrer no prazo de 06 meses, ou seja, até **junho de 2019**, mas tendo em vista que esta já é uma nova prorrogação do prazo original, entende-se por necessário a contratação pelo período de 01 ano. A água fornecida através de carros pipas será distribuída às residências destas Vilas Produtivas, assegurando as condições necessárias para o consumo humano destas famílias.

**3 – DO OBJETO:**

3.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no **fornecimento e transporte de água potável, por carro pipa**, sob demanda, para abastecimento de consumo humano das famílias beneficiárias das Vilas Produtivas Rurais – VPR's de Malícia localizada no Estado do Ceará e Pilões, Queimada Grande, Uri, Negreiros e Captação localizadas no Estado do Pernambuco, em condições adequadas de consumo, ou seja, límpida e sem sujeiras, de acordo com as exigências estabelecidas pela Portaria de nº 2.914, de 12/12/2011, do Ministério da Saúde e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

3.1.1 A empresa contratada captará a água, nos pontos pré-estabelecidos, por meio dos contratos, em vigor, entre este MI e as empresas CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará e COMESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

#### **4 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.1 O serviço solicitado no item “3” do presente Termo de Referência integra a lista de serviços de uso comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **5. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

5.1 Os serviços serão prestados nas áreas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), nos eixos Norte.

5.2 Para atender uma logística técnica e economicamente mais viável, os serviços serão prestados em 01 (dois) lotes:

- a) **Lote 1** (Captação em Pernambuco): VPR's Uri, Negreiros, Queimada Grande e Captação.
- b) **Lote 2** (Captação no Ceará): VPR's Pilões e Malícia.

5.3 Para efeito de medição da quilometragem para cada VPR – Vila Produtiva Rural será considerado o quadro abaixo, com discriminação dos trechos pavimentados e não pavimentados:



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**  
**DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

a) **Lote 1** (Captação em Pernambuco):

VPR	Local da <u>Captação</u>	DMT (km)	
		Pavimentada	Não pavimentada
URI	Salgueiro - PE	6,00	1,00
NEGREIROS	Salgueiro - PE	1,50	7,00
QUEIMADA GRANDE	Salgueiro - PE	4,50	3,50
CAPTAÇÃO	Cabrobó - PE	18,00	2,00

b) **Lote 2** (Captação no Ceará):

VPR	Local da <u>Captação</u>	DMT (km)	
		Pavimentada	Não pavimentada
PILÕES	Penaforte - CE	0,90	8,50
MALÍCIA	Penaforte - CE	0,90	1,60

## **6. QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO**

6.1 Os preços de referência adotados (vide anexos I e II) para o transporte de água em rodovia pavimentada e rodovia não pavimentada, SICRO 2 – PE, base novembro/2016, são, respectivamente, **R\$ 0,90** (Cod: 1 A 00 202 70) e **R\$ 1,20** (Cod: 1 A 00 201 70).

6.2 Os quantitativos estimados para a contratação estão discriminados no quadro abaixo:

### **6.2.1 Lote 1**

VPR	Preços de Referência(*)	Local da Captação	DMT (Km)	Quantidade litros / dia	TKM	Total
URI	R\$ 0,90	Pavimentada	6,00	35.100	50544	R\$ 43.467,84
	R\$ 1,20	N pavimentada	1,00		8424	R\$ 9.687,60
NEGREIROS	R\$ 0,90	Pavimentada	1,50	20.280	7300	R\$ 6.278,69
	R\$ 1,20	N pavimentada	7,00		34070	R\$ 39.180,96
CAPTAÇÃO	R\$ 0,90	Pavimentada	18,00	8.580	37065	R\$ 31.876,42
	R\$ 1,20	N pavimentada	2,00		4118	R\$ 4.736,16
QUEIMADA GRANDE	R\$ 0,90	Pavimentada	4,50	19.500	21060	R\$ 18.111,60
	R\$ 1,20	N pavimentada	3,50		16380	R\$ 18.837,00
TOTAL GERAL						R\$ 172.176,26

DMT – Distância média de transporte. TKM – tonelada por quilômetro

(\*) – SICRO 2, anexos I e II



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**  
**DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

**6.2.2 Lote 2**

VPR	Preços de Referência(*)	Local da Captação	DMT (Km)	Quantidade litros / dia	TKM	Total
PILÕES	R\$ 0,90	Pavimentada	0,90	19.500	4212	R\$ 3.622,32
	R\$ 1,20	N pavimentada	8,50		39780	R\$ 45.747,00
MALÍCIA	R\$ 0,90	Pavimentada	0,90	15.600	3369	R\$ 2.897,86
	R\$ 1,20	N pavimentada	1,60		5990	R\$ 6.888,96
TOTAL GERAL						R\$ 59.156,14

6.3 Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, O prazo iniciará a partir da assinatura do contrato administrativo. Após este prazo os preços serão reajustados, aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$R = V (I_i - I_o) / I_o$$

Onde:

R = Valor do reajustamento.

V = Valor a ser reajustado.

I<sub>i</sub> = Col. 38 – Índices de Obras Rodoviárias – Terraplenagem - Código 157956 – FGV, referente ao mês de reajustamento.

I<sub>o</sub> = Col. 38 – Índices de Obras Rodoviárias – Terraplenagem - Código 157956 – FGV, referente ao mês do orçamento do MI.

6.4 A empresa(s) contratada(s) responderá(ão) pelo abastecimento de água nas **06 (seis)** VPR's elencadas no quadro do item 6.2;

6.5 Os locais de CAPTAÇÃO para o abastecimento de água de cada VPR estão discriminados no quadro do item 5.2;

6.6 Os preços da Tabela SICRO utilizados contemplam os custos operativos e improdutivos dos equipamentos e o custo horário da mão de obra, desde os pontos de captação até as vilas produtivas rurais;

6.7 Nos preços de referencia da Tabela SICRO a capacidade mínima do caminhão tanque é de 13.000 (treze mil) litros;

6.8 No quadro do item 6.2 considera-se o fornecimento de água no período de *segunda à sexta* para o atendimento da demanda diária de cada VPR;





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

## **7. VISTORIA**

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (87) 3871-2575 (Salgueiro-PE).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7.4. Sugere-se a vistoria aos licitantes para elaboração correta de suas propostas e dentro da realidade do mercado atuante local, tendo em vista o conhecimento detalhado de todas as condições a serem executadas para o fornecimento do objeto, dentre elas, o reconhecimento dos postos de captação e as condições das estradas.

7.5. Caso a vistoria não seja realizada, as licitantes assumem as condições estipuladas no presente Edital para o fornecimento do objeto.

## **8. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

8.1 O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação da Contratante;

8.2 O fornecimento do objeto licitado será realizado em quantitativos de deslocamento e litros de água, devendo o mesmo ser fornecido sempre que for solicitado pela Contratante, de acordo com as necessidades da mesma;

8.3 A execução inicial do serviço ocorrerá a partir da data da assinatura da emissão da Ordem de Serviço;

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.1 Documentos que comprovam a habilitação técnica:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho através da apresentação de um ou mais atestados de Capacidade Técnica, distintos, expedidos por Pessoas Jurídicas de



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

Direito Público ou Privado, que comprove (em) ter a proponente fornecido ou estar fornecendo serviços com características semelhantes com o objeto da licitação;

9.2 Documentos exigidos somente para a licitante vencedora, por ocasião da contratação:

- a) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade em nome do licitante;
- b) Alvará de Funcionamento em conformidade com o objeto deste Termo de Referência, expedido pela Prefeitura Municipal da sede onde a empresa encontra-se estabelecida;
- c) Licença de Operação expedida pela Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa;
- d) Certificado ou Regularidade da **Empresa** e do **Responsável Técnico** no Conselho Profissional Competente, dentro do prazo de validade;

## **10 – DOS CUSTOS**

10.1. O valor anual para a contratação é de **R\$ 231.332,40** (duzentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), distribuído por lote conforme listado a seguir:

- a) **Lote 1:** R\$ 172.176,26 (cento e setenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e quarenta centavos).
- b) **Lote 2:** R\$ 59.156,14 (cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e quatorze centavos).

## **11 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

11.1 A vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2 Cumprir fielmente as Cláusulas contratuais para a perfeita execução do Contrato;

12.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, à suas expensas qualquer serviço quando verificados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução do objeto do contrato;

12.4 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

- 12.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 12.7 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 12.8 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.9 Não permitir a utilização do trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 12.11 Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 12.12 Responsabilizar-se por qualquer dano ambiental que porventura venha a ocorrer, sendo passível de responsabilização cível, penal e administrativa, de acordo com Leis Ambientais em vigor;
- 12.13 Atender ao pedido de fornecimento, que será feito através do Gestor do Contrato designado pelo Ministério da Integração / Departamento de Projetos Estratégicos, dentro de no máximo 24 (vinte e quatro) horas;
- 12.14 Apresentar seus funcionários, durante a execução dos serviços, devidamente trajados, com a identificação da empresa, crachás e equipamentos de segurança necessários à execução do serviço;
- 12.15 Executar o objeto da contratação por meio de veículos que apresentem regularidade quanto ao licenciamento e ao pagamento do(s) seguro(s) obrigatório(s);



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

12.16 Executar o objeto da contratação utilizando-se de profissionais, sendo que o(s) motorista(s) deverá(ão) apresentar Carteira Nacional de Habilitação (CND) e Categoria de Habilitação Específica para tipo de veículo ou equipamento;

12.17 Arcar com todos os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada.

### **13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado pelo Ministério da Integração / Departamento de Projetos Estratégicos, do exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, em livro próprio, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.2 Comunicar, por escrito, diretamente à Contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorrida com relação à execução dos serviços do objeto contratado, a fim de que sejam tomadas as devidas providências;

13.3 Receber Nota Fiscal e atestar em conformidade com as solicitações;

13.4 Promover, através de seu gestor, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando as falhas detectadas;

13.5 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

13.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.7 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.8 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

13.9 Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.10 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;

13.11 Fornecer água potável, a partir dos pontos de captação da CAGECE e COMPESA, conforme itens 3.1.1 e 5.2;

#### **14 - DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento à contratada será efetuado mensalmente ao MI, conforme medição aprovada, mediante nota de empenho até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços do objeto, corrido após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Gestor do Contrato designado pelo Departamento de Projetos Estratégicos, desde que esteja de acordo com os padrões e exigências do Edital e seus anexos, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

14.1.1. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

14.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário na conta corrente da licitante vencedora, por meio de ordem bancária contra o Banco do Brasil S/A, ou em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito;

14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

14.13. A documentação de cobrança não aceita pelo contratante será devolvida à Contratada para a devida correção, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização;

14.14. A contagem do prazo para pagamento será reiniciada em caso de devolução da documentação de cobrança para correção.

14.15. A devolução da documentação de cobrança não aprovada pelo contratante não servirá de motivo para que a Contratada suspenda a entrega de produtos, a execução dos serviços ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado::

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14.17. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue em 2 (duas) vias.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

14.18. Os pagamentos efetuados não isentarão a Contratada das suas obrigações e responsabilidades.

14.19. A Contratante não efetuará pagamento de títulos descontados ou por meio de cobranças em bancos, bem como os que forem negociados com terceiros através de “*factoring*”.

14.20. As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão da responsabilidade do beneficiado.

14.21. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela Contratada.

14.22. A Contratante não fará nenhum pagamento à Contratada antes da quitação ou de ser relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

14.23. Os tributos, contribuições fiscais e para-fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à contratação do serviço são de responsabilidade da Contratada, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

14.24. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos à compensações financeiras nos casos em que a licitante vencedora houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso

## **15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 – Consoante o disposto no art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2 – Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual e pela verificação de quaisquer das



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº. 8.666/93, a Administração poderá aplicar as seguintes penalidades sem o prejuízo de outras:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pela recusa injustificada do adjudicatário de aceitar a Assinatura do contrato, sem prejuízo para as demais penalidades;
- c) multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- d) multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- e) suspensão temporária de participação em licitação com a Administração, por um período não superior a 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87 da Lei 6.666/93.
- g) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei n. 10.520/2002, podendo ser aplicada de forma cumulativa com aquelas estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

15.3 – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da GRU emitida pelo MI.

15.4 - Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta da Única do Tesouro Nacional, através de Guia de Recolhimento fornecida pelo Ministério da Integração Nacional, podendo o MI reter o valor correspondente de pagamentos futuros devidos à contratada, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a lei 7.830/80, com os encargos correspondentes.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

15.5 – Para aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 – Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **16 - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

16.1. A fiscalização do Ministério da Integração Nacional terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da **CONTRATADA**;

16.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

16.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.4. O fiscal da Contratante poderá exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que deixe de merecer confiança, embarace a fiscalização ou, ainda, que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram cometidas;

16.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

16.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

### **17 – DO RECEBIMENTO**

17.1. O recebimento do objeto desta contratação será realizado nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e em consonância com as condições especificadas neste Termo de Referência;

### **18 – ANEXOS**

18.1. Anexo I – preço de referência adotado para o transporte de água em rodovia não pavimentada, SICRO 2 – PE, base novembro/2016, Código: 1 A 00 201 70.

18.2. Anexo II – preço de referência adotado para o transporte de água em rodovia pavimentada, SICRO 2 – PE, base novembro/2016, Código: 1 A 00 202 70.

18.3. Anexo III – planilha de formação de preços.

18.4. Anexo IV – modelos 1 e 2 da proposta de preços.

18.5. Anexo V – modelo de Ordem de Serviço.

18.6. Anexo VI – modelo de Termo de Vistoria.

18.7. Anexo VII – modelo de Declaração de Não Vistoria.